

Portugal precisa de uma política de cidades

As cidades concentram uma percentagem crescente da população do país. Os residentes em áreas predominantemente urbanas totalizam perto de 75% da população. O peso relativo da população urbana tem vindo sistematicamente a aumentar, estando, ainda assim, aquém dos valores verificados em muitos países europeus, o que deixa antever que esse aumento prosseguirá nos próximos anos.

As cidades também concentram problemas e oportunidades com impactos que ultrapassam em muito os espaços que ocupam. Por exemplo, o seu contributo relativo para a emissão de gases com efeito de estufa ou para o consumo de recursos finitos do planeta é bastante superior ao seu peso demográfico, afectando áreas próximas e distantes. Ao mesmo tempo, as cidades são parte relevante do combate às alterações climáticas, pois a concentração potencia menor consumo de água e de energia, menos ocupação do solo, infra-estruturas mais eficientes e mobilidade mais sustentável. Também em domínios como a educação, a cultura ou a saúde, para dar apenas três exemplos, as cidades proporcionam oportunidades que em muito as ultrapassam.

As cidades são espaços económicos, onde se definem condições de produção e relações de trabalho e emprego que configuram a constituição económica e social das sociedades em geral. São espaços privilegiados de encontro, partilha e relação entre pessoas, grupos e comunidades com características muito diversas, proporcionando dinâmicas de interacção e vitalidade social e cultural que dificilmente se encontram noutros territórios. Mas as cidades também se caracterizam por uma complexidade interna marcada por fortes disparidades sociais, diversidade étnico-cultural e fragmentação sócio-urbanística, com expressão em condições de acesso desiguais em domínios fundamentais como habitação, transportes públicos, equipamentos básicos de educação, saúde e cultura ou espaços verdes de qualidade.

As cidades são ainda palcos permanentes de disputas em torno da propriedade, dos usos e ocupações do solo e dos modos de produzir cidade, envolvendo agentes e interesses com poder e capacidade de influência, decisão e acção muito diversos.

Neste contexto, seria de esperar que a necessidade de uma política de cidades tivesse um reconhecimento político e social generalizado. Não é, porém, o que se verifica: o Estado tem sido omissivo; e as autarquias, por opção ou por escassez de recursos, raramente tomam a iniciativa de desencadear processos participados de construção de uma visão de cidade e respectiva estratégia de concretização.

Muitos dos debates sobre o futuro das cidades têm sido polarizados por *agendas temáticas* (cidades sustentáveis, saudáveis, inteligentes, circulares), *modelos de cidade* (cidade compacta, dos 15 minutos), *populações-alvo específicas* (cidades amigas



Acreditamos que é nas cidades, e a partir delas, que se ganha ou perde a batalha pelo interesse público, pelos bens comuns, pela qualidade de vida, pela equidade e pela democracia

das crianças, das pessoas idosas, dos animais de companhia). Estas perspectivas têm a vantagem de apontar objectivos de acção, mas não garantem uma visão suficientemente abrangente de cidades enquanto realidades simultaneamente socioecológicas, económicas, institucionais e políticas.

Ao mesmo tempo, as cidades nem sempre são pensadas, planeadas e geridas em função das relações de conectividade, complementaridade e integração que devem estabelecer com as áreas envolventes nos mais diversos domínios, das questões ecológicas e alimentares à mobilidade ou às actividades económicas e culturais.

Ora as cidades, pela sua relevância, impacto, diversidade, complexidade e conflitualidade potencial e real, exigem uma *compreensão integrada*, com base em *visões e estratégias de futuro* que considerem as múltiplas relações internas e com outros espaços, próximos e distantes. Ao mesmo tempo, a gravidade com que vários problemas sociais, ambientais, económicos

e políticos emergem nas cidades apela à necessidade e urgência de projectos comuns e de soluções que mobilizem o seu potencial transformador em torno de valores humanos, como equidade, coesão social, sustentabilidade ou saúde pública, e da consciência de que as cidades constituem não só uma casa comum como a principal fonte geradora de cidadania, colectivismo e democracia.

É verdade que as cidades têm vindo a ser consideradas palcos fundamentais para o sucesso de várias transições desejadas: demográfica, climática, energética, digital. No entanto, esta perspectiva, sendo útil, é insuficiente se essas transições não forem encaradas como dimensões de mudanças mais profundas, de natureza estrutural, em prol da qualidade da vida colectiva e do planeta.

Esta visão multidimensional e multiescalar de política de cidades implica revalorizar as funções do planeamento e ordenamento do território por parte da administração central, regional e local em torno de duas finalidades essenciais.

- A primeira, assegurar uma *visão integrada* de diferentes sectores, territórios (urbanos e não urbanos), instrumentos de política e escalas de acção, contribuindo para ganhos de coerência, complementaridade e sinergia, ao mesmo tempo que se previnem e combatem os efeitos contraditórios de políticas que prosseguem objectivos distintos.

- A segunda, garantir *níveis socialmente exigíveis de coesão territorial* com base numa *visão estratégica de consolidação* de (sub)sistemas urbanos enquanto ossatura indispensável à existência de territórios mais equilibrados porque mais policêntricos. Portugal carece dramaticamente de tal visão, pois as cidades são o recurso essencial dos

territórios mais frágeis, podendo ser também o seu mais robusto elemento de revitalização e transformação.

Mas implica, simultaneamente, uma participação efectiva e proactiva dos cidadãos no cuidar da cidade como bem comum, que se traduz no envolvimento em processos de deliberação essenciais à construção de uma cidade de e para todos/ todas – da rua ao conjunto da cidade e, mesmo, a territórios mais abrangentes, metropolitanos ou sub-regionais, como no caso da mobilidade, da habitação ou dos sistemas alimentares.

Acreditamos que é nas cidades, e a partir delas, que se ganha ou perde a batalha pelo interesse público, pelos bens comuns, pela qualidade de vida, pela equidade e pela democracia, e que para o bom desfecho dessa batalha é imprescindível contar com uma visão estratégica, que permita transformar as cidades em comunidades onde é possível sonhar, ambicionar e ter esperança em futuros desejados, e não apenas acomodar-se ou resistir a futuros impostos.

E sabemos que a construção de imaginários urbanos relativos às cidades que desejamos constitui um exercício fundamental de mobilização e consciencialização dos que habitualmente não têm voz e facilita a compreensão, por parte dos cidadãos, do impacto das políticas urbanas na sua qualidade de vida. Acresce que referenciais de fácil compreensão facilitam a gestão de tensões e conflitos entre quem pensa e faz cidade a partir de valores, interesses e preferências diferentes e mesmo antagónicas.

Assim, e respondendo ao apelo da Associação Causa Pública, decidimos iniciar um debate nacional sobre a política de cidades de que o país precisa. Após uma reflexão preliminar, em que participaram profissionais de todo o país, convidamos agora os cidadãos interessados a juntarem-se a nós no Fórum sobre a Política de Cidades, que se realiza na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, no próximo dia 28 de Junho.

Ana Louro, geógrafa; **André Carmo**, geógrafo e dirigente do SPGL; **Elisa Vilares**, arquitecta, técnica superior da Administração Pública; **Filipa Serpa**, arquitecta, professora universitária, ex-vice-presidente do IHRU; **Gonçalo Santinha**, professor universitário; **Helena Madureira**, geógrafa, professora universitária; **Isabel Cristina Martins**, geógrafa, professora universitária; **João Carlos Afonso**, arquitecto; **João Ferrão**, geógrafo, ex-secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades; **Jorge Gonçalves**, geógrafo, professor do Instituto Superior Técnico; **José Carlos Mota**, professor universitário; **José Reis**, economista, professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; **Nuno Travasso**, arquitecto, professor universitário; **Paulo Areosa Feio**, geógrafo; **Rita Castel' Branco**, arquitecta, urbanista e especialista em mobilidade urbana; **Tiago Mota Saraiva**, arquitecto; **Tiago Forjaz Trigueiros**, arquitecto urbanista